PROBLEMAS GEOMORFOLÓGICOS E PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS NA ILHA DO ATALAIA, MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA

Ana Maria Medeiros Furtado UFPA amedfurt@ufpa.br Oscar da Costa e Silva Junior UFPA racso1@amazon.com.br Lucileide Galvão Lopes UFPA. – lopeslng@yahoo.com.br Dionice Brito Mesquita UFPA dionicegeo@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO:

Nos últimos trinta anos, a busca de novos espaços para urbanização de veraneio, no litoral do nordeste paraense, tem dado margem à construção de rodovias, que apesar de sua pouca extensão, vem comprometendo os ecossistemas costeiros, constituídos por manguezais, campos de dunas, restingas e praias.

Considerando que as áreas costeiras inserem a interação de processos continentais marinhos, climáticos e meteorológicos. Toda essa investida que vem ocorrendo no litoral nordeste do Pará desrespeitando o meio ambiente, vem acarretando também múltiplos problemas de poluição e de ameaça aos recursos naturais inerentes à área.

O caso do município de Salinópolis é dos mais problemáticos, considerando sua condição de principal balneário turístico do estado. Até o final da década de 60, explorava-se na área, apenas a praia mais próxima da cidade: a do Maçarico, mas logo teve sua expansão extrapolada para a ilha do Atalaia, esta privilegiada por uma extensa área de praia, beleza paisagística e maior proximidade do Atlântico, por constituir a porção costeira mais saliente do município. O próprio nome Atalaia se deve a presença do antigo Farol Velho, que sinalizava a entrada da barra.

A primeira estrada que ligou a sede da cidade de Salinópolis à ilha do Atalaia, atravessou uma extensa área de mangue, onde foi construída a ponte sobre o Furo do Sampaio e tinha o agravante de não permitir por ocasião das enchentes o acesso de veículos à faixa de praia, causando grandes engarrafamentos, devido a maior afluência de veranistas que passou a existir sobretudo nas temporadas de alta estação. Isso motivou a Prefeitura local a optar por um segundo acesso bem como dada à intenção de beneficiar os barraqueiros para a exploração comercial.

Antes da construção desta outra via, houve por parte da gestão municipal, consulta à Coordenadoria de Recursos Naturais do ex-Idesp, a qual contra-indicou a implantação da nova estrada, através do 1º Diagnóstico Ambiental elaborado sobre a ilha, constante em relatório. Furtado et alli (1984). O motivo alegado pelos técnicos signatários do diagnóstico foi de que a mesma levaria a degradação do ambiente de dunas, por onde passaria a estrada, e descaracterizaria inclusive a perenidade da obra, causando inúmeros transtornos ao meio ambiente. No mesmo relatório, foi sugerido novo percurso, atravessando áreas de terra firme, nas áreas de cocais, alternativa esta inviabilizada pela própria prefeitura, por inserir-se em terrenos particulares.

Com a efetivação do acesso entre as dunas, desencadeou-se todo um processo inadequado de ocupação, tornando a ilha, alvo da construção indiscriminada de conjuntos residenciais, hotéis, bares, restaurantes, edifícios, fruto de uma incontrolável especulação imobiliária que desrespeitou por completo a Lei Orgânica do município, agravado pela inexistência de um Plano Diretor, que priorizasse a questão ambiental, e estabelecesse um zoneamento urbano. Nesse processo de ocupação foi também, totalmente ignorada a Resolução 004 da Conama, de 18 de setembro de 1985, a qual considera as dunas, como reservas ecológicas. Segundo Dias, a criação de uma lei, estabelecida pela própria prefeitura de Salinópolis, declarou zona urbana, no ano de 1988, toda a ilha do Atalaia, inclusive criando normas para construção de imóveis, sem nenhum respeito à Constituição Federal e ao Código Florestal, o qual não permite o desmatamento da vegetação de dunas, sob pena de punições severas.

Na década de 90, por ocasião do Projeto Gerenciamento Costeiro, o Museu Goeldi definiu em mapa ambiental, apud Mendes Silva e Faria Junior, como áreas de preservação ambiental as áreas de manguezais, campos de dunas, lagos interdunas, etc, baseado na resolução da Conama, áreas estas já em fase de degradação, ressaltando os riscos concernentes a erosão e deposição eólica. No mesmo estudo, inseriu as áreas propícias à urbanização, como as de terra firme, assentes nos tabuleiros do grupo Barreiras, mas fazendo restrições ao perigo de erosão das falésias marinhas, fato bastante comum na área.

A necessidade de dar continuidade às questões ambientais que perpasse pelo estudo geomorfológico, e que insere o conjunto de relações entre os elementos físicos e biológicos da paisagem, modificado pela ação antrópica, foi o objetivo deste trabalho, incluindo a noção de percepção ambiental da população mais antiga que é a de pescadores.

Também visa mostrar como através dessa análise pode-se oferecer mais uma contribuição a gestão da ilha, principalmente aos órgãos públicos, alertando também sobre o descumprimento das leis ambientais.

2 METODOLOGIA

2.1 Materiais e Métodos

Os trabalhos sobre a ilha do Atalaia inserem-na sempre em artigos gerais e regionais da área costeira ou do município de Salinópolis.

Foram consultadas fotografias aéreas em escala 1:70.000 super grande angulares, imagens de radar (escala 1:250.000), imagem TM de satélite, imagem Landsat 5 e ortofotos recentes e a folha de Salinópolis da DSG. As-22 VAV.

Através desse material, procedeu-se às observações no tempo e no espaço para a área de estudo, onde foram relacionados os aspectos geológicos, geomorfológicos, pedológicos, vegetacionais e antrópicos, e para detectar até que ponto essa degradação se expande nas unidades de relevo consideradas.

O trabalho de campo constou de observações locais para checagem com o material dos sensores utilizados. Procedeu-se também a coleta de solo nas áreas de

areias quartzozas, bem como o registro fotográfico no local da degradação existente.

O inquérito aos moradores antigos da ilha, teve o objetivo de testar como a indústria de veraneio, reduziu a população de pescadores tradicionais na ilha, expulsando-os ou relegando-os aos trabalhos do setor terciário como subemprego nos bares locais.

2.2 Características da área

A ilha do Atalaia localizada na porção mais saliente do município de Salinópolis faz parte da unidade morfoestrutural do litoral de rias, que caracteriza a porção oriental do litoral do nordeste do estado do Pará que se estende desde Curuçá até a foz do Gurupi. Está situada entre as coordenadas de 0° 35' 22" S a 0° 38' 43" S e 47° 15' 47" W Gr e 47° 21' 12" W Gr.

É um tipo de costa, em que está presente um sistema complexo de estuários, onde são comuns ondas e marés, que por si só já são causadoras de impactos naturais.

Segundo Franzinelli (1992) apud Robrini, esse setor corresponde a uma costa de submersão de rias, a leste de Baía de Marajó, que se caracteriza como costa embaiada transgressiva dominada por macromarés.

Segundo ainda Franzinelli (1992) no trecho paraense a costa de rias dividese em dois setores: a oeste da baía de Pirabas onde as baías recortam as falésias vivas, no Planalto Costeiro, sustentado pelo grupo Barreiras, e a leste onde o planalto se apresenta recuado em direção sul, constituindo falésias vivas, onde as baías recortam a planície. A ilha do Atalaia insere-se no 1º setor. Todo litoral NE é dominado por macro-marés com amplitudes de 5 a 7m, atingindo velocidades máximas nas marés de sizígia e mínimas nas marés de quadratura com direções E-NW e NE em Salinópolis (DHN-1962). Também está sujeita a ação contínua dos ventos alíseos de NE, aos quais se deve o transporte litorâneo da grande quantidade de sedimentos de leste para oeste, como também o transporte das areias da praia que vem a formar outros depósitos arenosos.

De uma maneira geral, os sistemas do relevo da ilha são assim inferidos: o Planalto e a Planície Costeira, Praias, Dunas, Sistemas de lagos (entre dunas) e Manguezais.

Enquanto o grupo Barreiras é a unidade representativa dos terrenos terciários, o Quaternário é representado por sedimentos areno-argilosos pleistocênicos do pós-Barreiras e depósitos holocênicos da planície costeira. Esta inclui os manguezais constituídos por planícies de marés com influência flúviomarinha, que se encontram entre os níveis da maré alta e baixa e com espécies diferenciadas obedecendo à topografia e a salinidade.

As dunas são limitadas por mangues e ficam no entremeio entre estes e a planície arenosa são fixadas por campos arbustivos paralelos à linha de costa. Constituem-nas areias quartzozas muito finas, e que se distinguem pelas dunas fixas (as mais antigas ou paleodunas) ou pelas dunas móveis que migram em direção ao continente na direção SW.

O clima predominante é do tipo Am, segundo a classificação de Koppen (Vieira & Santos). A precipitação pluviométrica oscila entre 2.500 – 3.000 (SUDAM, 1984), temperatura entre 27° C, e umidade relativa do ar 80-85%.

3 RESULTADOS E CONCLUSÕES:

Aos processos naturais de origem marinha e natureza climática, somam-se os processos antrópicos. Em relação aos primeiros, a erosão costeira, é intensa, sobretudo na ponta do Farol Velho na porção oeste da ilha, com o desmoronamento das falésias que vem comprometendo residências de classe média, bem como nas reentrâncias colonizadas por manguezais onde a invasão destas pela população de baixa renda vem sendo afetada com a devastação, aterro e depósito de lixo.

Com a remoção dos cordões de dunas que antes serviam de anteparo às falésias durante a preamar, estas últimas se tornaram mais vulneráveis.

O inverso sucedeu com os mangues que vem sendo encobertos pelas areias das dunas migrantes, desprovidas de vegetação.

Às vias de acesso entre as dunas que ficam no lado leste da ilha, somaramse acessos menores ora paralelos ou perpendiculares que vão dos loteamentos da praia, a qual afetaram o sistema de lagos entre as dunas.

A proliferação de barracas de praia, sem nenhum saneamento, e o acúmulo de lixo causado pela pressão demográfica nas épocas de alta estação é outro agravante na ilha. Por outro lado os poços rasos construídos nas áreas das dunas comprometem o lençol freático.

A construção das estradas de ligação entre o continente e a ilha mostra que a proliferação de outros ramais para favorecer o trajeto entre os loteamentos tem constituído os maiores impactos para a área de estudo, no comprometimento a todos os seus ecossistemas.

À Prefeitura cabe a grande responsabilidade de proteção, conservação e manejos dos ecossistemas de todo município, e notadamente desta ilha, para amenizar tais impactos.

Por seu turno há necessidade de maior vigilância por parte dos órgãos ambientais com a promoção de campanhas de educação ambiental, sobretudo para a população de veraneio.

O cumprimento das leis para as áreas de preservação para as quais deverão ter um freio a industria de construção civil.

Que os traçados de estradas incluam EIA e RIMAS para evitar os efeitos danosos tanto para a população fixa quanto da flutuante, considerando que a indústria do turismo mesmo carreando divisas para o município, leva ao sacrifício áreas de grande valor paisagístico e de abrigos naturais de fauna como as dunas, os manguezais sob a omissão e o descaso dos órgãos responsáveis pela manutenção e equilíbrio, do que ainda pode ser restaurado na ilha.

REFERÊNCIAS

DIAS, D. M. dos S. Propriedade privada, política urbana e meio ambiente: considerações jurídicas sobre a ilha do Atalaia, no município de Salinópolis. Estado do Pará. Belém. UFPa. NUMA. 1996. 69p. il. (estudos do Numa, 8). Monografia (Especialização em Direito Ambiental) Núcleo de Meio Ambiente. Universidade Federal do Pará.

FRANZINELLI, E. 1992. Evolution of the geomorphology of the coast of the State of Pará. Brasil. **In El-Robrini, M. et alli**. Deposição e assoreamento das rias do NE do Estado do Pará. Brasil. Congresso Brasileiro de Geologia. nº 37. Anais. São Paulo . 1979.

FURTADO, A. M. M. et alli. Caracterização ambiental e definição de diretriz rodoviária. Projeto Atalaia: Idesp/SEPLAN. 1984. Relatório mimiografado.

MENDES, A. C.; Silva, M. S; FARIA JUNIOR, L. E. do C. Expansão urbana e seus efeitos danosos ao meio ambiente da ilha do Atalaia. Salinópolis/PA.

PROJETO RADAM-BRASIL. 1973. Folha AS-23/24. São Luís/Fortaleza. Levantamento de Recursos Naturais. Rio de Janeiro 3. 1-289.

SILVA, J. M. L. da; OLIVEIRA JUNIOR, R. C. de, e Rodrigues, T. E. Levantamento de reconhecimento de alta intensidade dos solos da folha Salinópolis. In Boletim do MPEG Série Ciências da Terra. Vol. 6. Belém-Pará/1994. SUDAM, 1984. Atlas Climatológico da Amazônia Brasileira. Belém. SUDAM/PHCA. 125p.

VIEIRA, L. S. & Santos, PC.TC. 1984. Amazônia: seus solos e outros recursos naturais. São Paulo.